

I – INTRODUÇÃO

A Economia insere-se na área das ciências sociais e “estuda o modo como a sociedade escolhe, com ou sem moeda, a aplicação de recursos produtivos escassos, que podem ter usos alternativos, para produzir variados bens e distribuir estes bens, para consumo atual e futuro, ente as pessoas e vários grupos sociais” (Samuelson)

No âmbito da Economia é habitual falar-se em Macroeconomia e Microeconomia.

A macroeconomia é o ramo da teoria económica que estuda o comportamento da economia como um todo. Interessam-lhe os indicadores económicos globais, tais como o produto total, o emprego/desemprego, a taxa de inflação, entre outros, bem como compreender e analisar o equilíbrio global da economia.

Pelo contrário, à microeconomia interessa o comportamento dos agentes económicos individuais e as suas decisões relativas à afetação de recursos, à produção, consumo ou distribuição de rendimentos, interessando-lhe compreender o equilíbrio dos mercados individuais.

A unidade curricular Economia I centra-se numa abordagem à microeconomia.

Para uma melhor compreensão dos problemas económicos, convém definir alguns conceitos:

1 – NECESSIDADES:

Necessidade é um estado de insatisfação acompanhado da existência de um meio (bem ou serviço) apto a fazer cessar ou atenuar aquele estado de insatisfação.

As necessidades, em constante mutação, são ilimitadas. O homem tem uma aptidão quase infinita para descobrir novas necessidades, sendo estas, muitas vezes, “produzidas” socialmente. Se, neste contexto, o marketing e a publicidade assumem um papel importante, a verdade é que o próprio sistema económico subjacente à subsistência e expansão das sociedades de consumo actuais assenta num processo de produção de necessidades, onde os produtos são concebidos de modo a gerarem-se teias de complementaridade que ligam os produtos entre si.

2 – BENS E SERVIÇOS:

Os bens e serviços são um meio capaz de satisfazer uma necessidade. A característica comum a todos os bens é a utilidade, isto é, a capacidade que o bem tem para satisfazer uma determinada necessidade.

Os bens podem ser classificados como:

- Bens Económicos / Bens Livres

Um bem económico é um bem escasso em relação às necessidades da coletividade ou desejos individuais e, por isso, deve ser economizado. Para obter um bem económico é necessário pagar um preço. Dentro dos bens económicos (bens escassos) é possível distinguir entre bens naturais raros (por exemplo: o petróleo) e os bens produzidos, isto é, aqueles que resultam da combinação de um conjunto de fatores de produção (recursos que são, também eles, escassos).

Um bem livre, pelo contrário, é um bem que não é necessário racionar, porque a sua abundância supera as necessidades, isto é, existe em quantidade superior àquela que seria necessária para a satisfação das necessidades: tem um preço nulo, qualquer que seja a sua utilidade. Os bens livres são, portanto, bens que podemos utilizar gratuitamente, tal como a Natureza os fornece (água do mar, neve, ar, ...).

- Bens Materiais / Bens Imateriais

Os bens materiais são produtos físicos tangíveis como, por exemplo, máquinas ou livros.

Os bens imateriais são bens que não têm uma existência material, isto é, não possuem um corpo físico. É o caso dos serviços.

- Bens Não Duradouros / Bens Duradouros

Os bens não duradouros são também designados de bens de consumo imediato. São bens cuja utilidade se extingue num curto período de tempo ou num só acto de consumo. Exemplos: comer um gelado ou beber um café.

Nos bens duradouros, a sua utilidade prolonga-se através de vários actos de consumo (contínuo ou intermitente). Exemplos: automóvel, frigorífico, habitação.

- Bens de Produção/Bens de Consumo

Os bens de consumo (também designados bens diretos ou finais) estão prontos a satisfazer imediatamente uma necessidade.

Os bens de produção (também designados bens indiretos ou intermediários) são bens que se destinam a ser utilizados na produção de outros bens.

- Bens Sucedâneos / Bens Complementares

Os bens sucedâneos são bens que podem substituir outros no consumo ou na produção. É o caso, por exemplo, da manteiga e margarina e do azeite e o óleo. Os sucedâneos podem ser mais ou menos perfeitos.

Os bens complementares são aqueles que só são capazes de satisfazer uma necessidade se utilizados conjuntamente (exemplos: carro e gasolina, leitor de cd's e os cd's) ou satisfazem melhor uma necessidade se utilizados em conjunto (exemplos: pão e manteiga, cinema e pipocas).

A atividade económica deverá, assim, assegurar a produção dos bens e serviços necessários para a satisfação das necessidades, sendo para tal necessários recursos ou fatores de produção.

3 – RECURSOS E FATORES DE PRODUÇÃO:

Os fatores de produção são os meios básicos utilizados na produção de bens e serviços e podem ser classificados em:

- Recursos naturais / Terra

Inclui as terras, as florestas, os rios, os recursos naturais e minerais, os combustíveis (carvão e petróleo), etc., que são utilizados no processo produtivo.

- Trabalho

Corresponde ao esforço físico e intelectual despendido por um indivíduo na atividade produtiva. A importância do fator trabalho numa economia depende da dimensão da sua população activa, da sua vontade de trabalhar, da sua formação profissional e nível de educação, etc.

- Capital (técnico)

Designa o conjunto de bens de capital. Engloba os instrumentos de produção (fábricas, máquinas, ferramentas, vias férreas, etc.) que tornam o trabalho mais eficiente e mais produtivo. Estes bens constituem o capital técnico de uma economia. Em economia “capital” é diferente de dinheiro depositado em acções, obrigações ou outros títulos de investimento (capital financeiro).

- Iniciativa Empresarial

As riquezas naturais de uma economia têm de ser exploradas, o trabalho tem de ser utilizado na produção de bens conjuntamente com as matérias-primas, ferramentas, máquinas, etc.. Toda a coordenação destes fatores produtivos requer iniciativa, decisão e organização a que corresponde a dinâmica empresarial.

A constatação de que, por um lado, as necessidades se apresentam em número ilimitado e de que, por outro, os recursos existentes na economia são limitados, faz surgir um conceito que assume uma importância central em economia, que é o conceito de escassez, isto é, a insuficiência de recursos face às necessidades a satisfazer.

4 – ESCASSEZ E O PROBLEMA ECONÓMICO:

A escassez é um problema central da economia e resulta, como se referiu, da existência de uma quantidade limitada de recursos, por contraposição à existência de uma quantidade ilimitada de necessidades. Este contexto de escassez obriga a que os indivíduos façam um conjunto de escolhas, com o objetivo de conseguirem satisfazer o maior número de necessidades, dados os recursos disponíveis. Contudo, qualquer decisão de escolha exige uma renúncia, isto é, implica um custo, que é designado por custo de oportunidade.



Como refere Samuelson (1988) “a economia é a ciência da escolha, estudando as decisões das pessoas sobre a utilização de recursos produtivos escassos ou limitados (terra, trabalho, equipamentos, conhecimentos técnicos) para produzir bens variados (como trigo, carne de vaca, sobretudos, concertos, estradas, mísseis) e para distribuir pelos variados membros da sociedade, para consumo”. Uma vez que o objetivo da atividade económica é satisfazer necessidades ilimitadas, é necessário utilizar os fatores produtivos, que podem ter usos alternativos, da melhor forma possível, o que pressupõe a resolução de alguns problemas económicos, tais como:

- Que bens produzir e em que quantidades?

Dada a escassez de recursos e a impossibilidade de se produzir tudo o que é desejado, é necessário proceder à escolha entre as inúmeras combinações produtivas possíveis, isto é, a sociedade tem de decidir quais os bens e serviços a produzir e em que quantidades.

- Como devem ser produzidos os bens?

É necessário escolher a técnica de produção mais adequada, isto é, a melhor combinação de fatores, recursos e tecnologia a utilizar para a produção de determinado bem ou serviço.

- Para quem produzir?

Esta questão prende-se com a necessidade de saber como a produção vai ser distribuída entre os diferentes consumidores.

O problema económico é, no fundo, um problema de otimização, que consiste em conseguir satisfazer o maior número possível de necessidades, dada a limitação de recursos existentes na economia.

O problema da escassez e da necessidade de fazer escolhas pode ser explicado através da LINHA LIMITE DE POSSIBILIDADES DE PRODUÇÃO.

5 – LINHA LIMITE DE POSSIBILIDADES DE PRODUÇÃO:

Para definir a linha limite de possibilidades de produção consideram-se os seguintes pressupostos:

- encontra-se disponível uma certa dotação de recursos
- os recursos (escassos) são suscetíveis de usos alternativos
- a economia produz apenas dois bens, o BEM X e o BEM Y
- existe um pleno-emprego dos recursos
- existe um determinado nível de tecnologia
- os recursos estão a ser utilizados da forma mais eficiente possível

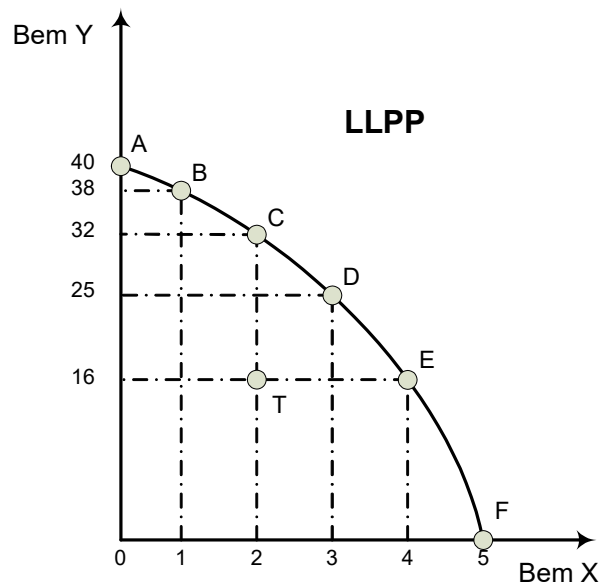
A linha limite de possibilidades de produção (LLPP) representa o lugar geométrico das quantidades máximas do Bem X e do Bem Y que podem ser produzidas numa economia, dados os recursos disponíveis, o estado da tecnologia e o grau de eficiência na sua utilização.

Exemplo 1

Considerem-se as seguintes possibilidade de produção alternativas para uma economia que afeta todos os seus recursos disponíveis à produção do Bem X e do Bem Y:

Opções	Bem X u.f./mês	Bem Y u.f./mês
A	0	40
B	1	38
C	2	31
D	3	22
E	4	12
F	5	0

GRÁFICO I – A LINHA LIMITE DE POSSIBILIDADES DE PRODUÇÃO



Neste gráfico podemos identificar algumas combinações produtivas, como por exemplo:

Ponto 0 – Pleno desemprego, isto é, os recursos disponíveis não estão a ser utilizados pelo que não se produz qualquer quantidade do bem X ou do bem Y. Esta é uma situação meramente hipotética.

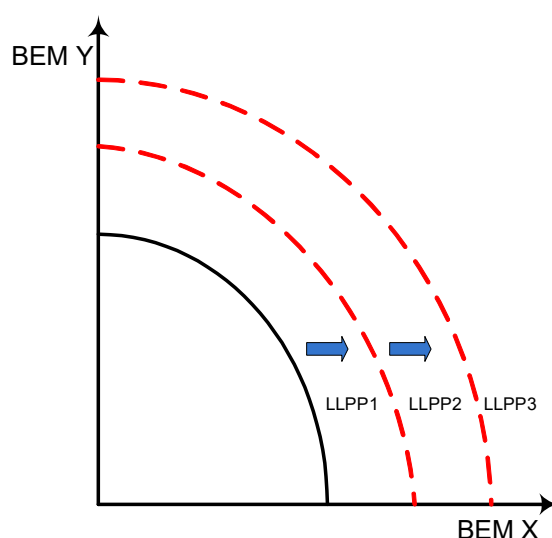
Ponto T – Esta é uma combinação produtiva realizável, mas não é eficiente uma vez que se pode aumentar a produção de pelo menos um dos bens, sem ter que renunciar a uma certa quantidade do outro bem. Traduz uma situação ineficiente ou ociosa, uma vez que existem recursos inativos ou que não estão a ser utilizados da melhor forma possível. *Ceteris paribus*, poderia ser alcançada uma combinação produtiva superior, tal como a combinação C, ou seja, seria possível aumentar a produção do Bem Y de 16 u.f. para 32 u.f. sem ter necessidade de diminuir a do Bem X ou como a combinação E, que consistiria em aumentar a produção do Bem X de 2 para 4 u.f., mantendo a produção de 16 u.f. do bem Y. Seria igualmente possível aumentar, em simultâneo, a produção de ambos os bens atingindo, por exemplo, a combinação produtiva D.

Ponto A,B, C, D, E, F – Qualquer combinação produtiva que se situe em cima da linha limite de possibilidades de produção representa uma situação de Pleno Emprego, isto é, os recursos da economia estão a ser integralmente utilizados com a tecnologia disponível aplicada com a máxima eficiência, não havendo desperdício. Assim, qualquer ponto em cima da LLPP traduz uma combinação produtiva eficiente. A produção diz-se eficiente quando não é possível aumentar a produção de um bem sem deixar de produzir uma certa quantidade de outro bem. Assim, partindo, por exemplo, do ponto B só é possível aumentar a produção do bem X se se renunciar à produção de uma dada quantidade do bem Y.

Pontos à direita da LLPP – Representam combinações produtivas impossíveis nas condições atuais, isto é, dada a dotação de fatores de produção e a tecnologia disponíveis na economia. Estes pontos só serão alcançáveis no futuro, quando se verificar uma expansão dos recursos e/ou da tecnologia da economia.

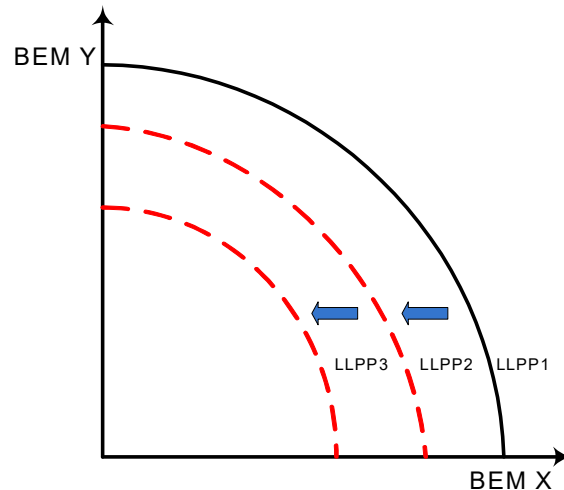
A LLPP poderá sofrer deslocamentos positivos (crescimento económico) que decorrem do progresso tecnológico resultante, por exemplo, de inovações e invenções que resultem em formas de produzir mais eficientes, bem como do aumento e melhoria dos recursos existentes na economia. Neste caso a LLPP deslocar-se-á para a direita.

GRÁFICO II – DESLOCAMENTOS POSITIVOS DA LLPP



Se, pelo contrário, se verificar na economia uma diminuição dos recursos ou uma desqualificação dos mesmos, por exemplo devido a uma catástrofe natural ou a uma guerra, a LLPP deslocar-se-á para a esquerda, deslocamento negativo, evidenciando uma contração nas possibilidades de produção da economia.

GRÁFICO III – DESLOCAMENTOS NEGATIVOS DA LLPP



A linha limite de possibilidades de produção (LLPP) é descendente, evidenciando que a escassez de recursos obriga a fazer escolhas, isto é, só será possível aumentar a quantidade produzida de um determinado bem se, simultaneamente se renunciar à produção de uma dada quantidade produzida do outro bem.

Esta escolha, a que está sempre associada uma renúncia, traduz-se num custo designado por custo de oportunidade. Genericamente, este custo corresponde ao valor atribuído pelo indivíduo à melhor alternativa a que renuncia quando faz uma determinada opção.

Assim, o custo de oportunidade associado à produção de uma dada quantidade de um bem X, corresponde à quantidade de outro bem a cuja produção se renuncia pelo facto de se produzir mais desse bem X.

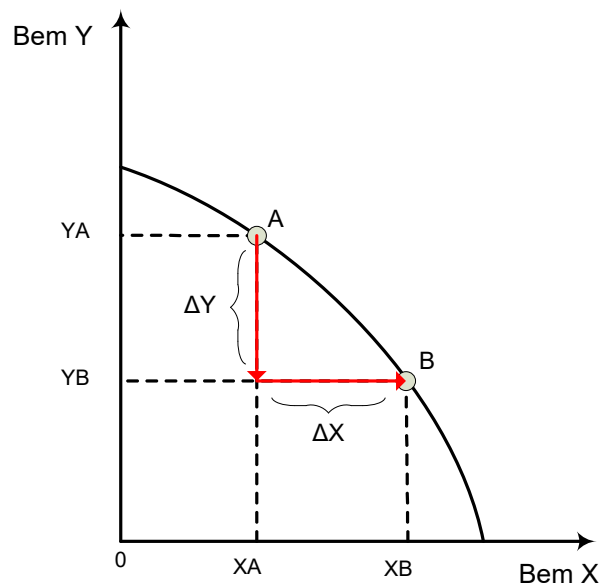
A taxa marginal de transformação de um bem noutro é a medida do custo de oportunidade de um bem medido em termos de outro e equivale ao número de unidades de um bem a que é necessário renunciar para obter uma unidade

adicional do outro, dados os recursos disponíveis, a tecnologia e o grau de eficiência com que esta é utilizada.

A taxa marginal de transformação de Y em X representa, então, o custo de oportunidade do bem X em termos do bem Y e pode ser calculada, entre dois pontos, num arco da LLPP, como:

$$TMgT_{YX} = -\frac{\Delta Y}{\Delta X} = -\frac{y_B - y_A}{x_B - x_A}$$

GRÁFICO IV – CUSTO DE OPORTUNIDADE E $TMgT_{YX}$



A concavidade da LLPP evidencia a existência de custos de oportunidade crescentes, isto é, à medida que produzimos quantidades adicionais constantes de um bem X, temos que renunciar a quantidades cada vez maiores da produção do bem Y. Assim, cada unidade adicional de X tem, assim, um custo crescente. Essa situação é visível quando se calcula o custo de oportunidade para o exemplo anterior:

Opções	Bem X u.f./mês	Bem Y u.f./mês	Custo de Oportunidade
A	0	40	
B	1	38	2
C	2	31	7
D	3	22	9
E	4	12	10
F	5	0	12

Constata-se que, à medida que se aumenta a produção do bem X, cada unidade adicional do bem tem um custo sucessivamente maior em termos da quantidade do bem Y a que se renuncia, isto é, o custo de oportunidade é crescente. No caso da LLPP ser uma reta, os custos de oportunidade seriam constantes.

A explicação para a existência de custos de oportunidade crescentes pode ser encontrada na lei dos rendimentos marginais decrescentes.

6 – LEI DOS RENDIMENTOS MARGINAIS DECRESCENTES:

Será de esperar que na sequência de um aumento na quantidade de fatores de produção, se verifique um aumento na produção. Contudo, esse aumento de produção irá depender da proporção a que aumenta cada um desses fatores.

No caso de os fatores de produção variarem na mesma proporção, seria de esperar que a produção variasse na mesma proporção, isto é, que se verificassem rendimentos constantes à escala.

Exemplo:

Terra	Trabalho	Produção	Δ Produção
100	10	50	
200	20	100	50
300	30	150	50
400	40	200	50
...

Pode, contudo, acontecer que a produção cresça a uma proporção superior àquela a que crescem os fatores de produção. Tal poderia ocorrer, por exemplo, devido à especialização resultante da divisão de trabalho que uma maior quantidade de fatores poderia permitir. Nesse caso, verificar-se-iam rendimentos crescentes à escala.

Exemplo:

Terra	Trabalho	Produção	Δ Produção
100	10	50	
200	20	140	90
300	30	290	150
400	40	590	300
...

Pode acontecer, no entanto, que os fatores cresçam em proporções diferentes, o que implica que estes se passem a combinar em proporções diferentes. Nesse caso é possível que a produção cresça a taxas decrescentes, isto é que se verifiquem rendimentos decrescentes.

Exemplo:

Terra	Trabalho	Produção	Δ Produção
100	10	50	
150	20	100	50
180	30	130	30
200	40	140	10
...

De acordo com a lei dos rendimentos marginais decrescentes, dada a tecnologia, ao acrescentarem-se sucessivamente unidades adicionais de um fator (fator variável) a uma quantidade fixa de outro(s) fator(es), o volume de produção adicional que se obterá será, a partir de um dado momento, decrescente. Assim, devido à fixidez de um ou mais fatores de produção, os rendimentos marginais tornar-se-ão, a partir de um determinado momento, decrescentes.

Exemplo:

Terra	Trabalho	Produção	Δ Produção
100	1	100	
100	2	200	100
100	3	400	200
100	4	700	300
100	5	900	200
100	6	1000	100
...

No início, o acréscimo de produto obtido por cada trabalhador adicional começa por ser crescente. Contudo, a partir do momento em que se contrata o quarto trabalhador, os rendimentos tornam-se progressivamente decrescentes.

Adicionalmente, a lei dos rendimentos marginais decrescentes poderá, igualmente, verificar-se quando, ao se pretender aumentar uma dada produção, se utilizam recursos menos adequados (ou aptos) para o efeito.

A desigual aptidão dos fatores para cada uma das produções leva a que, à medida que se transferem recursos da produção de um bem para a produção de outro, a renúncia a quantidades iguais de um bem resulte em acréscimos sucessivamente menores do outro.